

Conselho Nacional de Geografia Jubileu de Prata

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Certo, a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, conforme sua primeira designação, mais tarde alterada, correspondia a crescente aspiração dos especialistas, quando circunstâncias propícias a tornaram exequível.

Antes do movimento de Trinta, sem dúvida, praticavam-se atividades geográficas no país, mas desarticuladamente, sem que houvesse um plano de conjunto que as coordenasse.

Triunfante a revolução de outubro, despertaram-se energias, que em breve convergiram para apressar a organização desejada pelos sabedores.

Um dos agentes mais ativos da reforma comprovava a sua competência em Minas Gerais, para onde fôra como delegado geral do Recenseamento.

O prestígio que lhe proveio da execução cabal dos trabalhos censitários de 1920, levou o govêrno estadual a requisitar-lhe a colaboração para reorganizar os serviços estatísticos mineiros, cuja chefia lhe confiou.

Ao fixar as bases de funcionamento da repartição, em breve apontada como seguro modelo às demais, MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS propagou as suas idéias a abnegado grupo de auxiliares, cuja colaboração sabia estimular.

Em curto prazo, publicações valiosas, como o *Anuário Estatístico do Estado*, a *Divisão Administrativa e Judiciária de Minas Gerais*, o *Anuário Demográfico*, alternavam-se com outras, do feitio do *Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais*, em que se espelhavam problemas de outros ramos.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Mercê da proficiência demonstrada em Minas Gerais, atraiu-o para maior cenário o Ministério da Educação e Saúde, criado pelo govêrno provisório.

Transferindo a sua base de operações para a capital da República, não se limitou a colaborar na organização da nascente unidade administrativa, nem a cuidar apenas da "Diretoria de Informações Estatísticas e Divulgação", como lhe determinava o regulamento.

Rompeu debate, pelas colunas do *Jornal do Comércio*, a respeito dos assuntos, que lhe incendiavam a imaginação.

Os artigos doutrinários, que redigia em linguagem precisa e convincente, com o fervor dos apóstolos, continham mais substância revolucionária do que os fogosos discursos dos que pretendiam melhorar as condições existentes, embora lhes minguassem as competentes diretrizes.

Obstinadamente convicto das vantagens da cooperação das três órbitas do govêrno, federal, estadual, e municipal, "mediante a associação voluntária e harmoniosa de esforços e recursos, nos casos em que a identidade de fins desaconselha o isolamento", insistiu na propaganda eficaz, até conseguir o "convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais brasileiras", firmado, a 20 de dezembro de 1931, pelos representantes de todos os estados, como remate a memoráveis debates, com que ajustaram a cooperação administrativa.

"O objetivo do presente convênio, preceituou a cláusula primeira, é uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexas, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as

condições gerais do Brasil, de cada estado, do Distrito Federal e território do Acre, em um determinado ano, quanto a todos os ramos do ensino, bem como aos vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional”.

Assinalou-se, neste lance, o passo inicial na reforma, que TEIXEIRA DE FREITAS arvorou por bandeira, com o propósito de ampliá-lo para abranger outros temas.

Convicto da sua exequibilidade, elaborou, a 5 de fevereiro de 1932, o anteprojeto do “Instituto Nacional de Estatística e Cartografia”, oferecido pelo Ministério da Educação ao governo federal. Submetido à apreciação da comissão interministerial, presidida pelo então major JUAREZ TÁVORA, ministro da Agricultura, “para estudar um plano de organização da estatística brasileira”, sofreu redução, que lhe excluiu o ramo cartográfico.

Mas o projeto, homologado pela Comissão, serviu de base ao decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que o trouxe à realidade, ao preceituar: art. 1.º — “Fica criado o Instituto Nacional de Estatística, como entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de tôdas as estatísticas nacionais”.

No tocante à administração, fixou o art. 2.º — “A orientação e direção das atividades do Instituto competirão ao Conselho Nacional de Estatística, o qual terá por sede a capital da República”.

Triunfara o princípio, mas a prática ainda se apresentava deficiente.

As repartições centrais do Ministério da Fazenda, do Trabalho, da Justiça, da Agricultura e outras, porém, continuaram desarticuladas, à margem da reforma, até que, por solução imperiosa das relações internacionais do Brasil, o Conselho Federal do Comércio Exterior promoveu a “uniformização dos dados estatísticos oficiais referentes à vida brasileira, pois a incoerência entre elas era assombrosa e vinha colocando o país em situação particularmente embaraçosa”.

“Reunidos no Itamarati os técnicos a quem a tarefa devia ficar entregue, foi fácil tornar-se de meridiana evidência que o remédio procurado estava, e só podia estar, na efetivação do Instituto Nacional de Estatística”.

Daí se causou a nomeação de seu primeiro presidente, que recaiu no próprio embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que dirigia superiormente a diplomacia brasileira, como sagaz ministro das Relações Exteriores.

Mercê da acertada escolha e do empenho evidenciado pelo presidente da República, em seu próprio palácio instalou-se a Junta Executiva Central, “destinada a ser o órgão do movimento inicial das atividades do nosso organismo”.

Assim principiou, a 29 de maio de 1936, a “Jornada histórica em que se deveria processar a integração e a evolução de todo um sistema de serviços públicos federais, estaduais e municipais”.

Para comprovar quanto lhe merecia o Instituto, e a confiança que nêle depositava, atribui-se ao presidente GETÚLIO VARGAS expressiva declaração, consoante a qual acentuou ter-lhe dado a sua própria casa (referia-se à instalação da sede provisória em uma das alas do Palácio do Catete), e o seu ministro, escolhido para nobilitá-lo, sem se afastar do Ministério.

Enquanto desta maneira se preparava para operar, em moldes inovadores, o Conselho Nacional de Estatística, orientado pela convenção promovida a 7 de julho, cujas decisões o decreto n.º 1 022, de 11 de agosto de 1936, aprovou e ratificou, a outra ala, podada do anteprojeto de 5 de fevereiro, encontraria apoio em recomendações de diferentes origens.

INICIATIVAS AUSPICIOSAS

O germe derivou do "Terceiro Congresso Internacional de Geografia", que Paris reuniu, em 1931. Delegado oficial do Brasil, o botânico ALBERTO JOSÉ DE SAMPAIO foi eleito vice-presidente da Secção de Biogeografia, por indicação do diretor do Instituto de Geografia da Universidade de Paris, EMMANUEL DE MARTONE, de quem se tornou amigo.

Acolheu-o com amistosas homenagens no Rio de Janeiro, em 1933, quando o afamado geógrafo francês visitou o Brasil, em missão da União Geográfica Internacional.

Por seus esforços realizou-se, a 25 de junho, a reunião conjunta de associações culturais, de que participaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências, para receber o sábio visitante.

Orador oficial na solenidade que o reitor da Universidade, Dr. FERNANDO MAGALHÃES, presidiu, não se limitou A. J. SAMPAIO a simples saudação protocolar a quem lhe empolgara a admiração.

Evidenciou conhecer-lhe a bibliografia, que logo adquiriu foros de clássica, por sua atuação tanto no magistério, quanto igualmente em operações de geógrafo infatigável.

Ao agradecer tão rasgados elogios, o conspícuo representante da Escola Francesa resumiu os princípios em que ela se baseia, as conquistas já obtidas, e terminou por solicitar a adesão do Brasil à União Geográfica Internacional".

Como se processaria o pedido, uma vez que não havia entidade alguma que pudesse tomar a si tamanho encargo?

E, então, A. J. SAMPAIO empreendeu organizá-la, de acôrdo com os elementos que lhe estivessem ao alcance.

Por seu empenho, a Academia Brasileira de Ciências tomou a iniciativa de propor às instituições e aos profissionais brasileiros, interessados no progresso dos estudos geográficos, a criação do "Comitê Nacional de Geografia do Brasil", para dar execução ao programa desfraldado na sessão de 25 de julho, que abrangia seis secções.

- 1 — Topografia e Cartografia
- 2 — Geografia Física
- 3 — Biogeografia
- 4 — Geografia Humana
- 5 — Geografia Histórica
- 6 — Geografia Econômica

Baseado exclusivamente na contribuição particular, o projeto não teve execução satisfatória.

Convicta de não lograr êxito dessa maneira, a própria Academia Brasileira de Ciências, em memorial de 29 de dezembro de 1934, endereçado ao ministro da Agricultura, Dr. ODILON BRAGA, apelou para os poderes públicos, solicitados a promover a organização geográfica necessária ao país.

Já por essa ocasião, modificações importantes indicavam a expansão dos projetos tendentes a solução mais acertada.

Primeiramente, a criação, "pelo decreto n.º 22 984, de 25 de julho de 1933, da Diretoria de Estatística e Publicidade, mais tarde denominada Diretoria de Estatística da Produção, tendo por 1.ª secção, a Secção de Estatística Territorial", cujas finalidades ficaram definidas no Regulamento da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, aprovado pelo decreto n.º 23 979, de 8 de março de 1934".

Competia-lhe, pelo art. 111, cuidar de:

I — reunir documentações sôbre o território nacional, mediante coleta, crítica, fichamento e arquivamento dos dados geográficos fornecidos pelas repartições federais, estaduais, municipais e por instituições particulares.

II — organizar uma mapoteca do território nacional, tanto quanto possível completa e racional, principalmente quanto à agricultura do país;

III — elaborar trabalhos cartográficos-padrão, mediante a execução tènicamente rigorosa de cartas-tipos do território nacional, totais e parciais, gerais e especiais.

IV — promover, junto às administrações estaduais e municipais, investigações sôbre a geografia de regiões mal conhecidas, sistematizando as instruções respectivas;

V — instituir um serviço permanente de estatística territorial mediante inquéritos estatísticos da DEP e em correspondência com as repartições e instituições que se ocupem do mesmo objeto;

VI — Estudar as características fisiográficas das regiões do país, visando principalmente à produção agrícola;

VII — executar trabalhos de desenho da DEP mediante a representação gráfica e cartográfica, rigorosa e sugestiva, dos resultados de suas investigações estatísticas.

O alcance de tão promissor programa não passou despercebido aos delegados que firmaram, em 11 de agosto de 1936, a Convenção Nacional de Estatística, acordes em prescrever na cláusula XIII.

“Os governos federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à estatística e centralizados, para os fins de síntese nacional, na Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, segundo planos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística”...

Contemporaneamente, outros fatores contribuíram em insistir pela completação da iniciativa, que mereceu irrestrito apoio de acatados profissionais.

Entre os seus parceiros, ninguém superava em entusiasmo idealista o professor P. DEFFONTAINES, contratado pela Universidade do Distrito Federal, para o ensino da Geografia. Ao calor de sua pregação, fundara-se a Associação dos Geógrafos Brasileiros, que, em reunião de 19 de outubro de 1936, patrocinou a criação de um Conselho Nacional de Geografia.

Diretamente, em carta de que foi portador seu aluno e auxiliar de ensino, CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, chefe da Secção de Estatística Territorial, instou com o ministro das Relações Exteriores para a adesão efetiva do Brasil à União Geográfica Internacional, como pleiteara o seu secretário-geral, professor E. DE MARTONNE.

Da conferência então realizada, derivou a convocação de individualidades capazes de opinar a respeito, da classe de: “general MOREIRA GUIMARÃES, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Dr. MAX FLEIUSS, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; almirante RAUL TAVARES, diretor de Navegação da Armada; coronel ALIPIO DI PRIMIO, diretor do Serviço Geográfico do Exército; engenheiro EUSÉBIO DE OLIVEIRA, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico; professores FERNANDO RAJA GABAGLIA e HONÓRIO SILVESTRE, catedráticos de Geografia no Externato Pedro II; professor SÍLVIO FRÓIS ABREU, catedrático de Geografia no Instituto de Educação; engenheiro SEBASTIÃO SODRÉ DA GAMA, diretor do Observatório Nacional; Dr. ALCIDES BEZERRA, diretor do Arquivo Nacional; professor JOÃO FILIPE PEREIRA, presidente do Clube de Engenharia; coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, consultor-técnico do Serviço de Limites do Itamarati; professor MATIAS ROXO, catedrático de Geologia, Paleontologia e Cartografia na Universidade do Distrito Federal; almirante ANFILÓQUIO REIS, chefe do Estado-Maior da Armada; coronel FRANCISCO DE PAULA CIDADE, representante do Estado-Maior do Exército; professores OTELO REIS, OSCAR TENÓRIO; BASÍLIO DE MAGALHÃES, do Instituto de Educação; comandante EUGÊNIO DE CASTRO; professor ALBERTO J. SAMPAIO, do Museu Nacional; Dr. RENATO

DE MENDONÇA; engenheiro RUI DE LIMA E SILVA, catedrático de Geologia e diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; ministro BERNARDINO DE SOUSA, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; engenheiro OSCAR WEINSCHECHENCK; professor JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, chefe do gabinete do ministro da Viação; engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, chefe do Serviço Federal de Estatística Territorial.

As discussões, iniciadas a 26 de outubro, prosseguiram a 29, e mais 5-13- e 18 de novembro de 1936 e terminaram pela indicação das bases submetidas ao chefe do govêrno federal.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Não tardou o decreto n.º 1527, de 24 de março de 1937, cujo art. 1.º determinou:

“Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sôbre a geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais que se ocupem de geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio.

Art. 2.º — A administração do Conselho Brasileiro de Geografia compreenderá um Diretório e uma Secretaria Geral.

§ 2.º — A organização e superintendência dos Serviços da Secretaria Geral do Conselho competirão à Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, cujo assistente-chefe será o secretário-geral do Conselho, membro nato do Diretório.

As anomalias que se insinuaram neste primeiro estatuto não perdurariam por longo prazo. Semelhantemente ao que sucedera com o da Estatística, por meio da “convenção”, o Conselho de Geografia teria a sua constituição elaborada pela Assembléia Geral, composta de “delegados dos govêrnos da União dos estados, do Distrito Federal e do território do Acre”, e inaugurada solenemente no Palácio do Itamarati, a 1.º de julho de 1937.

Primeiramente, uniformizou-se a nomenclatura, para designar o conjunto por Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, formado de duas alas, denominadas Conselho Nacional de Estatística, a mais antiga, e Conselho Nacional de Geografia a nova, conforme estipulou o decreto n.º 218, de 26 de janeiro de 1938.

Ultimada essa correção, de que havia mister, não demorou a outra, que subordinava ao Instituto uma das secções da Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

O decreto n.º 782, de 13 de outubro de 1938, desatou essa dependência excêntrica, ao prescrever:

“Art. 1.º — A secção de Estatística Territorial da Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, com a denominação de Serviço de Coordenação Geográfica, passa a constituir, provisoriamente, durante a execução do recenseamento de 1940, o órgão central do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 3.º do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934) no sistema dos serviços geográficos”.

Parágrafo único — A direção do Serviço cabe ao chefe da aludida secção, na sua qualidade de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, (§ 2.º art. 20 do decreto n.º 1527, de 24 de março de 1937), com as vantagens atribuídas às respectivas funções.

Art. 4.º — O serviço de Coordenação Geográfica será regulamentado pelo Conselho Nacional de Geografia, ouvida a Comissão Censitária Nacional”.

Não tardou a resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939 do Diretório Central, acêrca do regulamento, cuja elaboração lhe fôra cometida.

Assim rezava o art. 1.º:

“O Serviço de Coordenação Geográfica (SCG), em que se transformou provisoriamente a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística Territorial da Diretoria da Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em virtude do decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, fica constituindo o órgão central do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sistema dos serviços geográficos”.

Para desempenhar as suas funções, o art. 4.º estabeleceu:

“O Serviço de Coordenação Geográfica compõe-se de uma Diretoria e de quatro Secções Técnicas, a saber:

- 1.ª — Documentação e Informações,
- 2.ª — Carta Geral ao Milionésimo,
- 3.ª — Cartas Regionais e Municipais
- 4.ª — Estudos Geográficos, Estatísticos, Territoriais e Cartografia Estatística.

Os demais artigos, até o 9.º, especificaram as atribuições de cada uma das Secções, que tenderiam a expandir-se, à medida que maiores encargos fôsem atribuídos ao Conselho, cuja organização cabalmente se harmonizava com os propósitos dos seus fundadores, que inauguraram, a 15 de março de 1939, o “Serviço de Coordenação Geográfica”.

À primeira, de momento, bastava-lhe cuidar da “biblioteca especializada em obras sobre geografia do Brasil”, da “mapoteca, destinada sobretudo a reunir mapas atualizados do território brasileiro”, da filmo-fototeca, do arquivo corográfico incumbido da guarda sistematizada de documentos sobre o território pátrio, tudo a cargo da Secção de Documentação e Informações, a que se ajustou, em breve, a elaboração do *Dicionário Toponímico* e da *Coletânea de Efemérides Brasileiras*.

À segunda Secção competiria “executar trabalhos cartográficos de revisão e atualização da carta geral do Brasil ao milionésimo (50 fôlhas), conforme ordenava decreto de 2 de fevereiro de 1938, providenciar-lhe a impressão, e empreender a campanha das coordenadas das sedes municipais”.

Zelaria a terceira Secção pela execução do decreto-lei n.º 311, de março de 1938, além de colaborar no preparo das cartas gerais das unidades da Federação do que se encarregariam os respectivos sistemas regionais.

Por fim, à quarta Secção caberia a elaboração das estatísticas territoriais, e de estudos especializados sobre assuntos geográficos brasileiros.

Assim aparelhado, o Serviço de Coordenação Geográfica empreendeu os trabalhos preparatórios da carta geográfica do Brasil, na escala de 1:1 000 000, iniciados pelas campanhas de descrição das divisas intermunicipais e interdistritais, dos mapas municipais, das coordenadas geográficas e da altimetria, cada uma com os seus objetos especiais e processos apropriados.

Da primeira, incumbiram-se os governos das unidades federadas, por força do art. 16 do decreto-lei n.º 311, que fixou prazo para a divisão territorial, com a definição das linhas separadoras, a 31 de dezembro de 1938.

Na “Campanha dos Mapas Municipais” espelhou-se impressionante mobilização cartográfica da qual resultou a feitura de 1 574 mapas a cargo das prefeituras, de número correspondente, conforme padrões uniformes, acordes com as normas teóricas indicadas pelo Conselho.

A opulenta coletânea, jamais reunida outrora, permitiu a “Exposição Nacional dos Mapas Municipais”, inaugurada a 29 de março de 1940 pelo presidente GETÚLIO VARGAS, na Feira de Amostras.

A “Campanha de Coordenadas Geográficas”, mediante a qual pretendia o Conselho escolher pontos exatos que permitissem a utilização dos mapas municipais, exigiu o adestramento dos técnicos destinados às operações de campo, de acôrdo com processos uniformes de observação e cálculo.

Para tal fim o Diretório Central, promoveu sessão extraordinária, que imprimiu solenidade, a 5 de junho de 1939, à inauguração do Curso de Especialização de Engenheiros, destinados ao levantamento de coordenadas geográficas, sob a chefia do professor ALÍRIO DE MATOS.

Cinco meses depois, já o Conselho iniciava, em novembro de 1939, a determinação das coordenadas geográficas de várias sedes municipais do estado do Rio, de que se incumbiram os matriculados no Curso de Aperfeiçoamento, como prova de habilitação.

E os trabalhos encetados tão auspiciosamente, continuaram com igual ritmo, para conveniente correção da carta geral. Maior celeridade ganhariam após as alterações decorrentes do decreto-lei n.º 1 360, de que designou pelo nome de Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica a anterior, de Serviço de Coordenação Geográfica, instituído por decreto de 13 de outubro de 1938.

Apenas perdurou, todavia, o título, até 1944, quando, para atender às recomendações da "II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia", o decreto-lei 6 828, de 25 de agosto, prescreveu:

Art. 1.º — "Fica criado o Serviço de Geografia e Cartografia (SGC), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e destinado a funcionar como órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia".

Com a nova denominação, que substituiria a de Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, a repartição central executiva do CNG expandiu-se promissoramente, desdobrando as suas diversas incumbências, à semelhança do que se verificava na ala da estatística.

Urgia, porém, adaptar-lhe a estrutura às tarefas acrescidas e por isso o Diretório Central, mediante a resolução n.º 193, de 4 de junho de 1945, estatuiu:

Art. 1.º — "O Conselho passa a ter duas repartições centrais: A Secretaria Geral, com finalidade administrativa e cultural; o Serviço de Geografia e Cartografia, com finalidade técnica e administrativa".

Maiores alterações resultaram, entretanto, da lei 756, de 8 de julho de 1949, que reorganizou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A sua Secretaria Geral transformou-se em Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, dotado de atribuições análogas às da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, que compreendia, conforme o art. 4.º:

I — Os serviços de secretaria dos órgãos deliberativos do Conselho.

II — O serviço de Geografia e Cartografia, criado pelo decreto-lei n.º 6 828 de 25 de agosto de 1944".

Para lhe fixar os encargos aumentados, a resolução n.º 367, de 21 de junho de 1950, do Diretório Central, determinou.

Art. 1.º — "A Secretaria Geral é o órgão executivo central do Conselho, considerado como equivalente a departamento de administração federal.

Art. 3.º — O Serviço de Geografia e Cartografia, criado pelo decreto n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, fica integrado, através das suas Divisões de Geografia e Cartografia, na Secretaria Geral e a ela subordinado".

No tocante aos órgãos executivos, a Secretaria Geral abrangeria:

I — "O gabinete do secretário-geral.

II — A Divisão de Geografia, com o gabinete do diretor da Divisão,

A Secção Regional Norte

A Secção Regional Nordeste

A Secção Regional Leste

A Secção Regional Sul

A Secção Regional Centro-Oeste.

A Secção de Estudos Geográficos, com os Setores de Informação, de Estudos Especiais e de Sínteses Nacionais.

A Secção de Cadastro e Ilustrações, com os Setores de Cálculos e Ilustrações.

III — A Divisão de Cartografia que compreende:

- O gabinete do diretor da Divisão
- A Secção de Triangulação
- A Secção de Nivelamento
- A Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria
- A Secção de Levantamento Misto
- A Secção de Cálculos
- A Secção de Compilação
- A Secção de Desenho
- A Secção de Revisão
- A Secção de Restituição Aerofotogramétrica
- A Secção de Documentação Cartográfica
- A Secção de Reproduções.

IV — Divisão de Documentação e Divulgação, com o gabinete do diretor da Divisão.

- A Secção de Documentação
- A Secção de Divisão Territorial
- A Secção Cultural
- A Secção de Publicações.

V — A Divisão de Administração, que abrange o gabinete do diretor da Divisão.

- A Tesouraria
- A Secção de Comunicação
- A Secção de Contabilidade
- A Secção do Pessoal
- A Secção de Material.

Antes que a reforma tivesse cabal execução de propósitos iniludivelmente, culturais, foi patrocinada e obtida a substituição da resolução n.º 367 pela n.º 400, de 28 de dezembro de 1951, que extinguiu a Divisão de Documentação e Divulgação.

A sua breve e incompleta vigência, de pouco mais de três semestres, seguiu a ocultação, geradora de modificações das medidas, que levaram o Conselho a regredir à situação antiga, quando mais havia mister, entretanto, de zelar pelo prestígio conquistado nos meios universitários.

Assim bem o compreendeu a Assembléia Geral, reunida em outubro de 1952, perante a qual foi escalpelada a resolução n.º 400, cujas erronias se patentearam ao exame dos delegados, que sugeriram a conveniência de reformá-la.

Coube à presidência esclarecida do desembargador FLORÊNCIO DE ABREU submeter à apreciação do Diretório Central novas bases de estruturação, de cujo estudo minucioso derivou a resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953, consoante a qual são órgãos executivos:

I — O gabinete do secretário-geral.

II — A Divisão de Geografia, com a seguinte organização:

- a) A direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Secção Regional Norte
- d) Secção Regional Nordeste
- e) Secção Regional Leste
- f) Secção Regional Sul
- g) Secção Regional Centro-Oeste
- h) Secção de Estudos Sistemáticos, com os setores de:
 - Geografia Física, Humana, Econômica, Ilustrações Geográficas —
 - Fotografia e Cinema
- i) Secção de Cálculos.

III — A Divisão de Cartografia, que compreende:

- a) A direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Secção de Triangulação, com quatro Setores
- d) Secção de Nivelamento, com quatro Setores
- e) Secção de Bases, Astronomia e Gravimetria, com três Setores
- f) Secção de Levantamentos Mistos, com Setores
- g) Secção de Cálculos Mistos, com três Setores
- h) Secção de Compilação com quatro Setores
- i) Secção de Desenho com dois Setores
- j) Secção de Revisão
- l) Secção de Restituição Aefotogramétrica, com três Setores
- m) Secção de Documentação Cartográfica, com quatro Setores
- n) Secção de Reprodução Cartográfica, com três Setores.

IV — A Divisão Cultural, que abrange:

- a) A direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Secção de Biblioteca, com três Setores
- d) Secção de Divisão Cultural, com quatro Setores
- e) Secção de Publicações, com quatro Setores.

V — A Divisão de Administração, que compreende:

- a) A direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Tesouraria
- d) Secção do Pessoal, com dois Setores
- e) Secção de Material, com três Setores
- f) Secção de Contabilidade, com três Setores
- g) Secção de Comunicações e Expediente, com dois Setores
- h) Secção de Serviços Gerais, com três Setores.

Com semelhante organização refloriu o Conselho Nacional de Geografia, estimulado por luminosos propósitos culturais, a que se achavam preparados os seus técnicos, enviados aos cursos de aperfeiçoamento em universidades estrangeiras.

Do intercâmbio, que na ocasião avultou, deu notícia a *Revista Brasileira de Geografia*, de janeiro de 1945, ao divulgar que o professor ALÍRIO DE MATOS fôra convidado a fazer estágio no U.S.Coast and Geodetic Survey, simultaneamente com doze outros funcionários, destinados às Universidades de Wisconsin, de Chicago, de Maryland e Library of Congress.

Nessa fase predominou a influência cultural dos ensinamentos ministrados pelos professores americanos, uma vez que se rompera temporariamente, durante a guerra, a comunicação com a França, donde vieram os primeiros animadores dos estudos geográficos no CNG. Todavia, as circunstâncias favoreceram a permanência na Guanabara do professor F. RUELLAN, quando de passagem para outro destino.

Representante cabal da escola francesa, atuou, não somente mediante preleções nos cursos organizados pela entidade, como ainda nas excursões geográficas, empreendidas para treinamento de turmas técnicas, em benefício de regiões mal conhecidas.

Competiu-lhe, além da ação pessoal, de professor admirável e geógrafo incansável de campo, encaminhar, mais tarde, para universidades francesas, após a pacificação na Europa, os candidatos a freqüentá-las, mediante bôlsas de estudo.

Menor atuação exerceu contemporaneamente, no Conselho, o professor P. MONBEIG, que, entretanto, adquiriu merecida nomeada na capital paulista, como professor e orientador de mais de uma classe de universitários.

Foram os dois profissionais que, durante a guerra, mantiveram, no Rio e em São Paulo, a flama irradiante da cultura francesa, de que se impregnou vantajosamente o Conselho Nacional de Geografia.

Não se restringiu, porém, a usufruir-lhe os benefícios em seu proveito particular.

Assim que lhe foi propício, cuidou de estender análogas vantagens a quem as pretendesse.

Desta maneira, instituiu com os seus próprios recursos especiais "Curso de Cartografia destinado aos funcionários das repartições estaduais", inaugurado festivamente na sala Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 17 de agosto de 1942.

Mais tarde, por iniciativa do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, seu presidente, que também dirigia o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além do IHGB, a Sociedade Brasileira de Geografia, ainda designada pelo seu primitivo nome, promoveu "Curso de Aperfeiçoamento de Professores de Geografia de Nível Secundário", com o "concurso valiosíssimo do Conselho Nacional de Geografia", conforme proclamou o seu douto intérprete, ministro JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES.

De outras vezes, a cooperação estabeleceu-se com a Faculdade Nacional de Filosofia, que anexou aos seus cursos de férias, para "Aperfeiçoamento de Professores Secundários", o relativo à Geografia, cujos encargos o Conselho cumpriu a primor.

E quando acontecimento extraordinário, como a realização por agosto de 1956, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, encaminhou para o Brasil, profissionais de irradiante fama, comprovada por suas obras magistrais, aproveitou-se o Conselho do ensejo de obter-lhes a contribuição para organizar metódica série de conferências, cujo conjunto correspondesse a expressivo curso, em vários ramos da Geografia — humana, econômica, biografia, além de geomorfologia — em que evidenciaram seu saber os professores MICHEL ROCHEFORT, ORLANDO RIBEIRO, PIERRE GEORGE, J. TRICART, P. MONBEIG, C. TROLL, GAUSSEN, PIERRE BIROT, P. DEFFONTAINES, E. RAISZ.

Anteriormente, conferencistas proficientes também se encarregaram de transmitir os seus conhecimentos aos funcionários do Conselho, muitos dos quais não tiveram oportunidade de ganhar bolsas de estudos.

O intercâmbio, porém, se operava, tanto pelos que iam frequentar universidades estrangeiras, quanto pelos ensinamentos dos mestres franceses, norte-americanos e alemães, que vinham ao Brasil a convite da instituição, onde encontravam assistência ávida de ouvi-los.

Destarte elevou-se o nível cultural do país em matéria de Geografia, que imprimiu a sua marca às transformações ocorridas neste último quartel de século.

Se nem tôdas resultaram da ação direta do CNG, que aflorou, com o ímpeto dos organismos estuantes de energia renovadora, cabe-lhe, sem dúvida, a iniciativa de campanhas de ampla envergadura, cujas conseqüências benéficas não se restringiram à capital, onde tem sede.

Para tanto, esforçou-se, primeiramente, para treinar pessoal habilitado, mediante cursos que lhe foram destinados.

Quando já dispunha de operadores idôneos, empreendeu a campanha de coordenadas geográficas, pelo emprêgo de processos modernos de observação permitidos pela radiocomunicação.

Nela se baseou a "Triangulação Geodésica" de primeira ordem, estendida até a fronteira meridional e ocidental, para articulação com as rêdes dos países vizinhos, bem como os "Levantamentos Mistos", o "Nivelamento", que proporcionaram dados exatos à elaboração das fôlhas da carta do Brasil ao milionésimo, de acôrdo com o plano internacional recomendado pelo convênio de Londres de 1909.

Já em dezembro de 1945, tornou-se conhecida a primeira fôlha, referente à "Lagoa Mirim — NO", na escala de 1:500 000, e no biênio seguinte, a definitiva, relativa a "Corumbá".

Progressivamente foram aflorando outras informações, constantes de listas de altitudes e coordenadas de centenas de localidades, além de 60 fôlhas da carta preparatória, na escala de 1:500 000, e mais 34 na de 1:250 000, e 24 na de 1:1 000 000, até dezembro de 1948.

Afinal, enfeixados os elementos informativos na magna tarefa, que lhe competia, o Conselho confeccionou, em princípio de 1960, um "álbum com as 46 fôlhas da carta do Brasil na escala de 1:1 000 000".

De acôrdo com o critério firmado pela resolução 72 da Assembléia Geral de 1945, para fins práticos, a Divisão de Geografia adotou a distribuição do território nacional por cinco secções regionais, Norte, Nordeste, Leste, Sul, Centro-Oeste, a cada uma das quais competiria o exame das suas características peculiares.

Das respectivas atividades técnicas, derivaram, além de ensaios avulsos, de sua própria iniciativa, os de colaboração com a Comissão do Vale do São Francisco, os relativos ao rio Doce, à região do cacau na Bahia, ao Paraíba, à Baixada Fluminense, os estudos geográficos do território do Acre, do Rio Branco, do Amapá, do "Planalto Central, para localização da nova capital do Brasil".

Cooperação de maior alcance prestou ainda à Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia promovido pela UGI.

Embora se realizasse, com louvores gerais, em agôsto de 1956, de 9 a 18, os seus preparativos vinham de novembro de 1953. Para proporcionar aos delegados, procedentes dos mais distantes países, facilidades de observação de regiões características, foram indicadas nove excursões, que abrangeriam o território nacional, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, do litoral ao Centro-Oeste, distribuídas de forma que pudessem atrair o interêsse dos especialistas.

Não disporia, porém, a Comissão Organizadora de recursos para atender às despesas necessárias à elaboração dos "guias", e então se valeu do concurso do Conselho Nacional de Geografia, que não somente custeou as viagens preparatórias, quando empreendidas por técnicos estranhos ao seu quadro, como designou vários de seus geógrafos para tarefas inexequíveis, sem tais auxílios.

Destarte, foram traçados nove itinerários diferentes, cabalmente explicados em outros tantos guias, redigidos em vernáculo, mas vertidos, sem tardança, para as línguas francesa e inglesa, pois que se destinavam à compreensão de congressistas estrangeiros.

EDIÇÕES DO CNG

Ao mesmo tempo, acumularam-se dados e informações em que se fundamentou a confecção, em 1956, do *Atlas Geográfico Escolar*, por solicitação da CNME do Ministério da Educação e Cultura, do *Atlas do Brasil* (geral e regional) (1959), do *Atlas de Bôlso* e do *Atlas das Relações Internacionais*, primeiro volume da "Geografia do Brasil", (*Grande Região Norte*), publicado em 1959, o segundo, meses depois, (*Grande Região Centro-Oeste*) e vários volumes da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, cujo primeiro exemplar se estampou em janeiro de 1957.

Pelo programa previsto, de 40 volumes, ao total, caber-lhe-ia a elaboração de 13 volumes, (1 — Região Norte, 1 — Centro-Oeste, 1 — Norte, 2 — Noroeste, 4 — Leste, 4 — Sul), além de dois, por último, de conclusões.

Em seu âmbito, encarregado de coordenar e sistematizar os elementos informativos referentes à Geografia do Brasil e proporcionar-lhes apropriada divulgação, a Divisão Cultural não somente atende aos consulentes, que a procuram, por meio da sua Biblioteca especializada, do Museu, do Arquivo Corográfico, do Setor de Assistência ao Ensino, como ainda exerce influxo a distância, mercê das publicações que edita.

Periódicas, umas, seriadas, outras, ainda se contam as avulsas, em número excedente da primeira centena.

Daquelas, adquiriu lisonjeiro conceito entre os estudiosos, pelo seu conteúdo científico, a *Revista Brasileira de Geografia*, cujo número inicial surgiu a lume em janeiro de 1939, e o mais recente, em dezembro de 1961, já alcança o ano de XXIII de continuidade editorial, por trimestre.

Como simples "Boletim de Informações", criado pela resolução 91, de 23 de julho de 1941, da Assembléia Geral, quando aflorou, em abril de 1943, já desenvolvia várias secções, que o tornaram apreciado, especialmente nos centros de ensino, a cujos problemas e debates consagra grande parte de suas páginas, com o título que prevaleceu de *Boletim Geográfico*.

Propósitos sem dúvida resolutos, "para tornar o território nacional mais e melhor conhecido, que é a um tempo obra de cultura e obra de civismo", como declarou o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, em sessão do Diretório Central, inspiraram a criação da "Biblioteca Geográfica Brasileira", de que tratou a resolução n.º 68 da Assembléia Geral.

Abrange a série A — de livros, de que foram editados 16 volumes, as séries B e C, de folhetos e manuais, de que circulam cerca de duas dezenas.

Desde o primeiro volume, a BGB provou que fôra acertada a sua organização, com as exigências estabelecidas, para que não faltasse a perfeição desejada, como indicam os números seguintes, em maioria esgotados.

- 1 — *O Homem e o Brejo* — Eng.º A. RIBEIRO LAMEGO — 1947.
- 2 — *O Homem e a Restinga* — Eng.º A. RIBEIRO LAMEGO — 1947.
- 3 — *Pantanaís Mato-grossenses — Devassamento e Ocupação* — Eng.º VIRGÍLIO CORRÊA FILHO — 1946.
- 4 — *A Bacia do Médio São Francisco (uma análise regional)* — Prof. JORGE ZARUR.
- 5 — *O Homem e a Guanabara* — Eng.º A. RIBEIRO LAMEGO.
- 6 — *Os Solos do Estado de São Paulo* — JOSÉ SETZER — 1949.
- 7 — *Geografia dos Transportes no Brasil* — MOACIR M. F. SILVA — 1949.
- 8 — *O Homem e a Serra* — Eng.º A. RIBEIRO LAMEGO — 1950.
- 9 — *O "Mato Grosso" de Goiás* — SPERIDIÃO FAISSOL — 1952.
- 10 — *Estudo Geográfico do Território do Amapá* — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA — 1954.
- 11 — *Estudo Geográfico do Território do Acre* — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA — 1954.
- 12 — *Estudos Rurais da Baixada Fluminense* — P. GEIGER e MYRIAM COELHO MESQUITA — 1956.
- 13 — *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco* — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA — 1957.
- 14 — *O Distrito Federal e seus Recursos Naturais* — SÍLVIO FRÓIS ABREU — 1956.
- 15 — "Geografia do Brasil" — 1.º volume — *Grande Região Norte* — organizado por ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, diretor da Divisão de Geografia — 1959.
- 16 — "Geografia do Brasil" — 2.º volume — *Grande Região Centro-Oeste* — 1960, organizado por MARÍLIA VELOSO GALVÃO.

Entre as avulsas, incluem-se os *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* (3 volumes), do IX, (5 volumes), *Geografia Humana do Brasil*, PIERRE DEFFONTAINES (1940) — *Evolução Geomorfológica da Baía da Guanabara e das Regiões Vizinhas*, F. RUELLAN (1945), *Geografia Cultural do Brasil* — B. BRANT — 1945. *Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira* — SÍLVIO FRÓIS ABREU (1945). *O Planalto Central e o Problema da Mudança da Capital* — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (1950).

Estudos da Zona de Influência da Cachoeira de Paulo Afonso, por diversos autores, 1952.

— *Limites Meridionais e Orientais da Área de Ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro* — LÚCIO DE CASTRO SOARES (1953).

— *Tipos e Aspectos do Brasil*, já em 6.^a edição em português, além da versão para o francês, inglês e esperanto.

— *Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante* (vários autores — 1954).

— *Aspectos da Geografia Riograndense*, de vários autores — 1954.

— *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* — LEO WAIBEL — 1955.

— *A Bacia do Rio Doce* — NEY STRAUCH — 1955.

— *A Geomorfologia do Brasil Oriental* — LESTER KING — 1957.

— *Anuário Geográfico do Brasil*, cujo primeiro número se distribuiu em 1953.

— *Vocabulário Geográfico do Rio Grande do Sul*, elaborado, como o de todos os outros estados, no Setor do "Dicionário", da Divisão Cultural, mercê de pesquisas perseverantes, desde 1939, em cumprimento da resolução n.º 36, de 4 de maio, do Diretório Central.

Longe iria a relação, caso pretendesse abranger as centenas de obras, por meio das quais o Conselho difunde os conhecimentos geográficos decorrentes da observação no terreno, interpretada por seguros e claros princípios.

Viveiro de especialistas, de idéias arejadas pelos ensinamentos da ciência moderna, a ala geográfica do IBGE contribuiu sobremaneira e ainda contribuiu para a transformação da metodologia que vigorava, antes da sua fundação, no ensino da Geografia.

De mais a mais, dos seus técnicos experientes valem-se com freqüência as organizações oficiais e particulares, empenhadas em tarefas geográficas.

As retificações derivadas de tais operações de campo convergem para o Conselho Nacional de Geografia, que, baseado nos resultados colhidos, vai revelando com progressiva exatidão a realidade brasileira, das quais se apagam as noções errôneas doutrora.

Em cinco lustros operou-se inequívoca revolução no âmbito da geografia, cujos objetivos e métodos de pesquisas e de ensino se espelham em nova conceituação, de maneira que não será descabido acentuar que se moldou verdadeira mentalidade geográfica no Brasil.

Para tamanha transformação cultural, concorreu o Conselho Nacional de Geografia, perseverante e proficuamente, como evidencia esta ligeira síntese de suas iniciativas e atividades.

Paralelamente à ação do Conselho, no Rio, desenvolveu-se na capital paulista a influência da Universidade de São Paulo, com a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Inaugurou-lhe o curso de Geografia, em 1934, o professor PIERRE DEFFONTAINES, cujo fervor idealista se manifestou na cátedra e na fundação em setembro, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, predestinada a luminosa trajetória. Graças a tais ensinamentos, continuados pelo professor PIERRE MONBEIG, seu sucessor, que regou a cadeira, de 1935 a 1946, com análogo entusiasmo e competência, constituiu-se admirável legião de discípulos, cujos trabalhos ulteriores

evidenciam o adiantamento do labor desenvolvido, "em que a interpretação dos fatos constitui o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas".

(AROLD DE AZEVEDO — *Boletim Geográfico*, n.º 120, p. 27).

Mais recentemente, também se fundaram centros renovadores de estudos geográficos no Recife, em Salvador, Belo Horizonte, Pôrto Alegre e Florianópolis, cujas contribuições avultam de maneira impressionante.

NOTAS

- 1) SOARES, J. C. de Macedo — (Discurso proferido pelo presidente do IBGE, na cerimônia de instalação da primeira sessão da Assembléia Geral de Geografia e Estatística, a 12 de junho de 1937).
- 2) CORRÊA FILHO, Virgílio — "Vultos da Geografia do Brasil" in *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 2 — 1949 — p. 265.
- 3) CASTRO, Cristóvão Leite de — "Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia" — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.º 1 — 1939.
- 4) Alterações ulteriores consistiram apenas em transeferências de Setores de uma Secção para outra, ou desdobramento, como ocorreu com a Divisão de Cartografia, que se repartiu em Cartografia, Geodésia e Topografia.
- 5) "Queríamos, frisou, não apenas melhorar a cultura geral e aperfeiçoar cada professor em sua especialidade, mas ajudá-los a se orientarem o melhor possível na aplicação dos métodos e dos processos modernos de educação e de ensino". Acentuou a propósito, a "cooperação decidida do Conselho Nacional de Geografia, que não deixou até agora de trabalhar conosco de maneira exemplar".
- 6) Ao festejar, em fevereiro de 1956, a primeira década de fecunda iniciativa, lembrou o professor A. CARNEIRO LEÃO, que empreendera em 1946, a realização dos "Cursos de Férias", como diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, os radiosos propósitos que lhe nortearam a ação de educador esclarecido.
- 7) Os guias de excursão tornaram-se apreciados pelos geógrafos, que tiveram ocasião de verificar-lhes a exatidão das informações e o critério na escolha dos itinerários, baseados em propósitos científicos.